

### CASA BANCÁRIA J. & F. MENDONÇA (1915-1936)

Desde 1905 que se pode encontrar, em Olhão, um agente bancário que representava várias instituições bancárias, mas desenvolvia ainda atividade como agente de seguros e como negociante. Em 1909, era agente do Banco de Portugal em Olhão e de mais duas instituições financeiras. Além disso era referenciado como produtor de sal na mesma localidade. Em 1915, já representava cinco instituições financeiras na referida localidade algarvia. Chegados a 1920, agenciava quatro bancos nacionais, aumentando novamente para cinco em 1925. Ao longo da sua existência manteve uma relação de continuidade com cinco instituições financeiras nacionais, o Banco de Portugal, o Banco Aliança, o Banco do Alentejo, o Banco Comercial de Lisboa e o Banco Nacional Ultramarino. Só em 1930 alarga o conjunto das instituições que representa e passa a ser mandatário de 16 organizações bancárias, sendo nesse período o mais representativo dos agentes bancários em Olhão. Durante este processo, em que desenvolveu esta atividade, transformou-se também em casa bancária. A Casa Bancária J. & F. Mendonça desenvolveu atividade até março de 1936, quando suspendeu os pagamentos (*O Algarve*, 1940: 1). O governo nomeou um fiscal para acompanhar o processo de liquidação da Casa Ban-

cária e nomeou o advogado João da Rocha Cardoso. Em outubro de 1936, foi constituída a comissão liquidatária, indicada pela Inspeção de Comércio Bancário, que era composta por um representante dos sócios da empresa (Joaquim Duval de Sousa Pestana), um representante dos credores (António dos Reis Almodôvar) e o delegado do governo (Mendonça, 2011: 23-24). O principal responsável pela criação desta Casa Bancária era irmão do político e militar olhanense João Carlos Mendonça (1881-1938), que foi presidente da Câmara Municipal de Olhão a partir de 1923, mas acerca do qual se desconhecem dados biográficos (Villares, 2004: 358-362). A falência desta casa bancária, como de quase todas as instituições da época, foi envolta em polémicas, boatos e suspeitas que sempre envolvem estas situações e a Casa Bancária de Olhão não escapou a esta situação.

#### BIBLIOGRAFIA

MENDONÇA, Artur, *Contributos para a Expansão do Sistema Bancário no Espaço Regional (1874-1930): O Caso do Algarve* [em linha], disponível em [www: url http://www4.fe.uc.pt/aphes31/programa\\_full.html](http://www4.fe.uc.pt/aphes31/programa_full.html), Coimbra, 2011, pp. 23-24. [consultado em 28 de dezembro de 2011]; VILLARES, João, *Quem é Quem em Olhão?* Livraria Clinear, Olhão, 2004, pp. 358-362.

ABM

### CASA BANCÁRIA JOÃO JOSÉ RODRIGUES LEITÃO (187?-1878)

Fundada na primeira metade da década de 70 do século XIX, a firma João José Rodrigues Leitão — conhecida igualmente por João José Rodrigues Leitão e Filhos (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 125, de 31 de maio de 1935: 2592) —

veio colmatar a inexistência de estabelecimentos de crédito na cidade do Funchal, após diferentes intentos que não obtiveram o sucesso, reformando o panorama financeiro insular que assentava, sobretudo, em empréstimos a

#### CASA BANCÁRIA JOÃO JOSÉ RODRIGUES LEITÃO (187?-1878)

juros entre sociedades comerciais e na mesma operação entre pessoas individuais com juros a rondar os 10% a 15% (Silva, Meneses, 1978: 232-233). O seu fundador, João José Rodrigues Leitão, desenvolveu uma próspera atividade negociante na praça do Funchal, continuada, mais tarde, pelo seu sobrinho, João Rodrigues Leitão (1.º visconde de Gagongo), presente, em 1905, na fundação da Casa Bancária Reid, Castro & C.ª, Ltd.\* O ano de 1875 marca o início da presença do Banco de Portugal na ilha da Madeira, com o estatuto de agente entregue à Casa Bancária de Rodrigues Leitão (Silva, Meneses, 1978: 232-233; Carita, 2008: 488-489), incumbência que também exerceu para a Companhia Geral de Crédito Predial Português (Silva, Meneses, 1978: 232-233). Com a posição de monopólio das operações de crédito e o estatuto de correspondente do Banco de Portugal, a Casa Bancária assume o papel fulcral nas transações financeiras insulares, ainda que neste contexto se encontre mais suscetível às variações financeiras e às crises vinícolas procedentes da filoxera, que levaram à suspensão dos seus pagamentos em 10 de agosto de 1878 (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 125, de 31 de maio de 1935: 2592; Câmara, 2002: 114). Os bens da

instituição, constituídos maioritariamente por vinhos, foram tomados como garantia de pagamento aos credores, embora o seu valor comercial tivesse sofrido uma baixa acentuada, não conseguindo cobrir o avultado passivo da Casa Bancária. No intuito de concluir o processo de falência, o diretor do Banco de Portugal, Henrique de Barros Gomes, deslocou-se à ilha da Madeira, obtendo um entendimento com João José Rodrigues Leitão, assente no pagamento, por parte do Banco de Portugal, de 50% da dívida aos credores, em três períodos distintos. A última prestação saldou-se em 14 de junho de 1879 (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 125, de 31 de maio de 1935: 2592; Carita, 2008: 488-489; Silva, Meneses, 1978: 232-233).

#### FONTES E BIBLIOGRAFIA

CÂMARA, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, ICS, março de 2002; CARITA, Rui, *História da Madeira, Vol. VII — O Longo Século XIX: Do Liberalismo à República. A Monarquia Constitucional (1834-1910)*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 2008; *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 125, de 31 de maio de 1935; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos A., *Elucidário Madeirense*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

DMF

#### CASA BANCÁRIA MANUEL DIAS SANCHO (1921-1932)

Manuel Dias Sancho era natural de São Brás de Alportel. Nasceu nessa localidade do barrocal algarvio em 1885. Inicialmente tesoureiro da Fazenda Pública e, em simultâneo, comerciante, já que era depositário da Companhia dos Tabacos, desenvolve atividade em São Brás de Alportel, onde evolui depois para importador e exportador de frutos secos do Algarve.

Em 1920, era correspondente da Casa Bancária Borges & Irmão (*Anuário Comercial de Portugal*, 1920: 1980). A partir de abril de 1921, a imprensa farensense começa a fazer eco da abertura da Casa Bancária, dando conta das obras que estavam a ser realizadas no edifício que iria servir para albergar a instituição financeira. No mês de junho, Manuel Dias Sancho